

**Vestígios da
memória de
Antonio José
Nunes Garcia:
A trajetória e o
esquecimento
de um
jornalista,
professor e
literato negro
do século XIX
(1813-1894)**

Vandelir Camilo¹

¹Mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. Doutorando no Programa Interdisciplinar em Memória Social, UNIRIO. E-mail: vrneves@yahoo.com.br.



**Traces of the
memory of Antonio
José Nunes Garcia:
The trajectory and
forgetfulness of a
19th century black
journalist,
professor and
writer
(1813-1894)**

Resumo: As ações em busca de liberdade e cidadania protagonizadas por sujeitos negros livres, em meados do século XIX, são o pano de fundo da construção deste artigo, cujo fio condutor é a trajetória intelectual de Antonio José Nunes Garcia², jornalista, professor primário, escritor, abolicionista e monarquista negro do Rio de Janeiro. O artigo baseia-se na análise de materiais diversos – jornais, imagens e documentos pessoais e de associações políticas, seja no Império, seja no início da República –, problematizando as políticas de apagamento da memória social de negros intelectuais dos oitocentos em favor de uma imagem exclusiva do negro como desagregado no período supracitado.

Palavras-chave: Antonio José Nunes Garcia; Padre José Mauricio Nunes Garcia; Movimento Abolicionista; Necromemória.

Abstract: The actions in search of freedom and citizenship carried out by free black subjects, in accordance with the 19th century, are the background of the construction of this article, whose guiding thread is the intellectual trajectory of Antonio José Nunes Garcia, journalist, primary teacher, writer, abolitionist and black monarchist from Rio de Janeiro. The article is based on the analysis of diverse materials - newspapers, images and personal documents and associations of associations, whether in the Empire, or in the beginning of the Republic -, problematizing as policies to erase the social memory of black intellectuals of the eighties in favor of an exclusive image of the black as disaggregated in the aforementioned period.

Keywords: Antonio José Nunes Garcia; Priest José Mauricio Nunes Garcia; Abolitionist Movement; Necromemory.

² O registro de morte de Antonio José Nunes Garcia foi objeto de investigação nos últimos 50 anos por parte de pesquisadores nacionais e internacionais em diferentes arquivos brasileiros. A localização do documento, pelo autor do artigo, deu-se graças às pistas fornecidas por funcionários do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro, que, a partir do registro de casamento do irmão de Antonio José Nunes Garcia, doutor Jose Mauricio Nunes Garcia Junior, nos remeteu a outras fontes primárias de acervos não religiosos. Após a instauração da República, os registros de morte (óbito) passaram a ser responsabilidade dos cartórios cíveis, o que desobrigava a Igreja Católica a realizar tal prática. O registro de morte de Antonio José Nunes Garcia foi localizado em documentos oriundos do Hospital da Gamboa, local de sua morte, em 1894, aos 81 anos de idade, no Rio de Janeiro; o documento foi assinado pelo médico Dr. Carmo Neto e foi encaminhado para a 9ª Pretoria do Distrito Federal, em 22 de setembro de 1894.

Entretanto, agora, que falamos do senhor [Antonio José] Nunes Garcia que tão injustiçado tem sido pela nova geração, não podemos deixar de censurar o mau procedimento do Instituto Histórico e da Associação de Homens de Letras, esquecendo o seu venerando nome, entre a lista honrosa de seus digníssimos sócios.

(José do Patrocínio, *Gazeta de Notícias*, 1884)



Não vistes Cristãos! Foi vossa crueldade,
Por afligirdes o homem por ter outra cor!
Quando ele culpa não tinha dela ter.
Quando a mãe preta vos amamentou com amor.
(Antonio José Nunes Garcia, *O Censor*, 1889)

Em memória da maestrina Maria Stella Neves Valle.

Introdução

A memória social não pode ser definida por nenhuma área do conhecimento de forma uníssona e homogênea, uma vez que se trata de um campo político, epistêmico e teórico. Polissêmico por natureza, é controverso, na medida em que seus estudos guardam diferentes definições e aspectos, muitas vezes, transversais. Entretanto, reconhecemos que a memória social e o esquecimento podem, dentro de suas contradições, serem problematizados como produção de poder, visando à manutenção de valores de determinados grupos detentores de narrativas ditas “oficiais” em detrimento de narrativas ditas “não oficiais”, silenciadas e apagadas. Além disso, podemos problematizar o esquecimento no campo da memória social como objeto de pesquisa, a partir dos efeitos operados por suas ações por meio das representações partilhadas do passado em manifestações concretas; e problematizar como membros de determinado grupo social sentem-se, percebem e agem a partir dessas representações relativas à memória sócio-histórica e aos esquecimentos relativos aos usos do passado, neste caso, afro-brasileiro, em nossa vida cotidiana (CANDAUI, 2005).

A sociologia e a historiografia lançam-nos interessantes questões para o campo histórico e da memória social, na medida em que questionam, por exemplo,

o século XIX e o fato de, na década de 1870, os “homens de cor” formarem a maior parte da população negra livre ou liberta das Américas. Ou seja, homens e mulheres negros trabalhando, consumindo e pagando suas próprias contas em um contexto escravocrata, tendo como objetivo o alcance e a manutenção de suas cidadanias e liberdades. Por que, então, quando iniciamos um bate-papo sobre os descendentes da África, a partir da segunda metade do século XIX, o impulso inicial é relacionar os afro-brasileiros exclusivamente com episódios, fatos e trajetórias de vida relativos à escravidão?

Fernandes (1972) denuncia que essas disparidades, no cenário racial brasileiro, não visava, por parte da branquitude, à ascensão de negros ou mulatos na hierarquia da sociedade brasileira no século XIX; menos ainda à igualdade racial; mas, sim, à hegemonia da “raça dominante” branca – que assegurava um sistema escravocrata extremamente complexo e peculiar, que possibilitava aos descendentes da África outros lugares que não o açoite. Negros e negras, no século XIX, buscaram desenvolver um sistema próprio de direitos sociais, autoeducação e autoesclarecimento em escalas coletivas para sua sobrevivência (FERNANDES, 1972, p.37).

Dito isso, podemos afirmar que o esquecimento de homens negros – escravizados, livres, libertos ou intelectuais, jornalistas, escritores e professores –, no Brasil dos oitocentos como sujeitos agenciados, é realizado “manipuladamente”, em prol de uma imagem do sujeito negro exclusivamente como desagenciado³. Essa manipulação, que gera um apagamento, aparentemente, natural e vazio de problematizações, será, neste texto, abordada como um campo mnemônico, constituído por juízo de valores, símbolos e atores que, em diálogo com questões relacionadas às histórias “oficiais” e “não oficiais”, no campo racial, podem apresentar-nos interessantíssimos debates, na medida em que evidenciam as formas, os agentes e os sentidos que se operam no campo do esquecimento. Neste caso, serão consideradas as vivências de intelectuais diaspóricos, abolicionistas do século XIX que, a partir de um caso específico, de Antonio José Nunes Garcia, podem ventilar temas para o campo da memória social ao questionar, por exemplo, como essas esquecidas trajetórias tornaram-se silenciadas.

³Cf. CAMILO, 2020.

O objetivo deste artigo é analisar, de forma não exaustiva, os vestígios que compõem o mosaico da trajetória pessoal e intelectual do professor primário, escritor, literato e jornalista Antonio José Nunes Garcia. Para além disso, o texto visa, a partir de um caso específico, debater o esquecimento e o apagamento de memórias afro-brasileiras como um projeto que envolve diferentes processos, discursos e interesses. Para além disso, entendemos que o esquecimento é uma ação que transita em questões tornadas complexas, dentre as quais, manter uma perspectiva de passado afro-brasileiro, exclusivamente, por um viés de sujeitos desagentizados de valores, posicionamentos, histórias de vida e, por conseguinte, de suas próprias memórias sociais. Dito isso, nesse texto, não teremos a pretensão de analisar minuciosamente as narrativas produzidas por esse sujeito por meio de seus jornais, romances e poemas o que problematizaremos mais detalhadamente em futuros trabalhos.

Este texto é composto por três seções. Na primeira, buscamos apresentar a trajetória de Antonio José Nunes Garcia. Na segunda, buscamos, de forma despretensiosa, abordar as etapas de seu esquecimento e apagamento ao expor como, no caso da cultura afro-brasileira, o apagamento pode ser configurado como uma política muito bem-planejada e mantida de geração a geração, desde o pós-abolição até os dias de hoje, por meio de narrativas “oficiais”. E, finalmente, buscamos ventilar, atores e narrativas que contribuíram para o lugar que a memória de Antonio José Nunes Garcia ocupa. Dito isso, buscamos defender a tese de que os apagamentos da memória social afro-brasileira não são meras ações do tempo, configurações naturais entre memória e esquecimento—para além disso, o que buscamos é indicar como esse esquecimento é pretensiosamente operado, forjado por agentes e interesses diversos até seu estabelecimento dito “natural”.

Assim sendo, convido o leitor a prosseguir para a apresentação de uma esquecida história de vida do século XIX, a partir da autobiografia do irmão de Antonio José Nunes Garcia de documentos pessoais, além de jornais e livros da época que nos ajudaram a compor esses mosaicos de memória.

Antonio José Nunes Garcia, um sujeito esquecido

Antonio José Nunes Garcia nasceu em 1813, na cidade do Rio de Janeiro, então Corte do Império português. Naquele contexto, sua cidade natal conviveu com grandes transformações no campo cultural, político e econômico, com

estabelecimento de importantes instituições após a chegada da Família Real no período Joanino. Antonio José foi o último filho do padre José Mauricio Nunes Garcia (1776-1830) e de Severiana Rosa de Castro (1788-1778), parda livre e desimpedida⁴, filha de uma alforriada com um português. Ele foi batizado pelo pai na Igreja de São José, em 27 de março do mesmo ano, tendo por padrinhos sua avó materna, Vitoria Maria da Cruz, e Antonio Bernardino dos Santos⁵.

É possível, hoje, afirmar que Antonio José Nunes Garcia esteve a par de uma rede de atuação como homem negro, quer como professor primário, quer como monarquista e jornalista. Entretanto, o objetivo de pesquisadores das ciências humanas é, por um lado, dar conta das problematizações envoltas na mistificação em torno da figura do padre José Mauricio Nunes Garcia como maior compositor colonial das Américas, o que acaba por contribuir em um embaraço relativo aos filhos do sacerdote como sujeitos de pesquisa. E, no campo das ciências sociais – sobretudo, na historiografia –, paira, ainda hoje, um total desconhecimento relativo à trajetória e à atuação de Antonio José Nunes Garcia nos diferentes campos de sua atuação. Ou seja, esse sujeito foi e é atravessado pelo esquecimento em diferentes campos relativos à sua existência.

Os poucos dados relativos à infância de Antonio José Nunes Garcia que encontramos constam na autobiografia escrita por seu irmão mais velho, médico e professor da Faculdade de Medicina, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior (1808-1884). De forma extremamente ambivalente e controversa, Garcia Junior registrou a relação com os irmãos, diga-se de passagem, sem nomeá-los no texto, com exceção do irmão mais velho: Apolinario José Nunes Garcia (1807-?). As irmãs, Josefina (1810-1891) e Panfilia (1811-ca.1850) são descritas como vivendo em “estado de meia loucura”, e o irmão, Antonio José, como “pessoa de pouca confiança” (GARCIA JR, 1864), o que poderia ser indicativo das intrigas familiares diante do suposto reconhecimento paterno sustentado pelo irmão médico, conforme veremos mais à frente.

Da infância de Antonio José Nunes Garcia, pouco sabemos, portanto. Ele conviveu meses com a mãe, Severiana Rosa de Castro, que se afastou do padre

⁴ Segundo a historiadora Hebe Matos (2000), a descrição “parda livre”, ainda que assuma uma descendência de África, servia para definir pessoas afastadas da escravidão.

⁵Cf. MATTOS, 1997.

em 1813⁶. Ela se casou posteriormente com o comerciante Antonio Rodrigues Martins, e, em 1820, teve outro filho, o futuro médico Severiano Rodrigues Martins (1820-1897). Intrigante a sina dessa mulher, filha de uma alforriada, parda livre, mãe dos cinco filhos do padre José Mauricio, homem de prestígio, intelectual, compositor e mestre de capela; casada, depois, com um comerciante, Severiana, assistiu à ascensão social de dois filhos médicos e um literato, no século XIX.

Antonio José viveu sob os cuidados do pai e da avó materna e madrinha, Vitoria Maria da Cruz, até 1816, ano do falecimento dela. Por esse período, o irmão mais velho, futuro doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, então com oito anos de idade, compartilhou com o pai a responsabilidade na criação dos irmãos mais novos. Em sua autobiografia, o médico declarou que:

E conquanto minha juvenil viveza a par duma incrível e precoce circunspeção sempre me guiassem a nunca mentir, para ter o prazer de ver meu pai, aprontar-me como exemplo de correção para meus irmãos todos quando tinha de castigá-los, isso mesmo serviu para me dar dores e dores... (GARCIA JR, 1864, p.11).

É plausível que Antonio José Nunes Garcia tenha recebido os mesmos ensinamentos do pai, padre José Mauricio Nunes Garcia, assim como os irmãos mais velhos. O padre investiu na formação dos filhos como forma de subsistência e possibilidade da cidadania de pessoas “de cor” naquele contexto escravocrata. Doutor Nunes Garcia Junior, em sua autobiografia, declarou que o pai lhes ensinou geografia e latim, além de estudarem “gramática portuguesa e francesa a partir dos trabalhos de [Destutt de] Tracy” e por outros professores convidados pelo pai (GARCIA, 1864, p.14). É o que poderia justificar o refinamento na escrita de Antonio José Nunes Garcia em diferentes poemas e folhetins de sua propriedade.⁷

São poucas, ainda, as informações relativas à atuação do jovem Antonio José Nunes Garcia na mocidade. Mas podemos compreender que tenha vivido em companhia do pai e dos demais irmãos até 1830, aos 17 anos. Em 18 de abril desse ano, morreu o padre José Mauricio Nunes Garcia. Em sua autobiografia, o irmão, doutor Nunes Garcia, declarou que suas irmãs, Josefina e Panfília, foram encaminhadas aos cuidados de sua tia materna, Felizarda Moreira de Castro, por viverem em “estado de loucura”, sob o pagamento de quatro reis mensais. Não

⁶ idem

⁷ Destutt de Tracy (1754-1836) foi um filósofo, político e conde francês. É o criador do termo “ideologia” na época da Revolução Francesa, no qual buscava conceituar a ciência das ideias. No período de (1801-1815) publicou em quatro volumes “Elements D’idiologie”

temos informação se Antonio José Nunes Garcia acompanhou as irmãs para convívio com a tia. Entretanto, em documentação oriunda da Igreja de Sant'Ana, consta seu casamento, em 1836, com sua prima Cantilde Alves de Araújo, filha dessa mesma tia⁸.

Em 1837, tornou-se guarda alfandegário, profissão que exerceu por toda a vida⁹. No ano seguinte, matriculou-se como aluno da Escola Pública de Taquigrafia, chegando a traduzir um método taquigráfico para o português¹⁰. E, finalmente, em 1838, após concurso, assumiu a cadeira de professor público de Instrução Primária na Freguesia de Magé, Vila Inhomirim, nas proximidades de Guapimirim¹¹.

As primeiras leis de educação no Brasil surgiram na década de 1820 com constantes alterações. A Lei de 14 de janeiro de 1837, por exemplo, mantinha a exclusão da possibilidade de escravos e africanos estudarem. Por essa mesma lei, ficamos sabendo que os professores contratados recebiam seiscentos mil reis anualmente para um cargo vitalício. Pela Lei de 1835, os professores mestres habilitados para o cargo deveriam passar por um longo período de exames e capacitação para que se tornassem professores.

A evolução do ensino primário público, no país, deu-se na Independência de 1822. Nessa época, o padre José Mauricio Nunes Garcia convivia nas proximidades do poder e tinha grandes influências na Corte – o encaminhamento do filho mais velho para a Faculdade de Medicina sem passar por exames de seleção é um bom exemplo das relações pessoais do padre. É plausível que a atuação do filho no magistério primário tenha se dado graças, também, às influências e às redes de contatos do pai.¹² Ainda que, pouco a pouco, as escolas públicas primárias fossem

⁸Cf. MATTOS, 1997.

⁹*Jornal do Comércio*, 1837. Fonte: [Jornal do Commercio \(bn.br\)](http://jornal.com.br). Acesso em 28 de novembro de 2020

¹⁰Idem.

¹¹ Idem.

¹² Em 1791 ao apresentar documentação para o ingresso na Igreja Católica como sacerdote. O futuro padre José Mauricio Nunes Garcia necessitou, dentre as muitas exigências, requerer a sua dispensa do “defeito de cor”, prática colonial em que o candidato se assumia como descendente de negros, contudo, professava ser praticante do catolicismo e de vida morigerada. Para além disso, foi necessário apresentar testemunhas, com posses, que pudessem comprovar a religiosidade do futuro padre. Nesse momento, José Mauricio Nunes Garcia já tinha uma rede de contatos e é socorrido, dentre outros, pela família de Marcus Antunes Marcelo como depoente. Ele, foi oficial da alfândega e, sua família, era de posses e influências vivendo da lavoura na região de Pacobaíba nas proximidades de Magé e Vila Inhomirim, é preciso ressaltar que anos mais tarde, Antonio José Nunes Garcia é aprovado por concurso para esse região e trabalha como guarda alfandegário, assim como, o patriarca da família Antunes Marcelo nos fazendo prospectar às relações pavimentadas pelo padre José Mauricio para os filhos. Para maiores detalhes ver *Trajétórias de clérigos de cor na América Portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social* (OLIVIERA, 2013)

surgindo no interior do país, prevalecia o descaso do poder público, que entendia a instrução primária não como um direito, mas como um luxo da minoria branca, excluindo a participação de negros e negras. Havia, por parte do governo, um interesse maior em investir em escolas superiores, o que desestimulava professores que, muitas vezes, permaneciam pouco tempo no cargo¹³.

Em fins de 1848, após dez anos atuando como professor de Instrução Primária, Antonio José Nunes Garcia requereu ser transferido do cargo de professor da Freguesia de Magé para a Freguesia de Cantagalo, na região serrana do estado do Rio de Janeiro¹⁴. No ano seguinte, foi informado de que seu pedido de remoção fora negado, então, em 25 de abril 1849, pediu exoneração do cargo de professor¹⁵.

A partir de 1850, foram produtivos, para Antonio José Nunes Garcia, os campos literário e jornalístico. Nesse ano, ele e a esposa se mudaram para o bairro da Glória. Antonio José manteve constantes ligações com a vida política, em 1856, encontramos seu nome no *Jornal do Comercio*, descrito como um liberal, e candidato a eleitor. A partir da constituição de 1824, o sistema eleitoral definia que os eleitores constituintes deveriam ter idade mínima de 25 anos, renda anual de 100 mil reis para votarem. Em 1872 é candidato a vereador ao lado de nomes como, Muniz Barreto, Sabino Eloy Pessoa e outros¹⁶.

Por essa época, publicou no *Jornal do Comercio*, um soneto de aniversário a imperatriz Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, esposa de Dom Pedro II:

A seis lustros – SENHORA! – que digna ITÁLIA.
Vestiram-se de gala a mais suntuosa,
Para saudar esta AURORA! Majestosa
Bem prestimosa.

Na poética – NAPOLES – fostes o brilhante.
Da – coroa! – engastada com primor,
Que do trono – SICILIANO – era a flor.
De delicado odor (...)
Mas hoje – SENHORA! – o Brasil se ufana,

¹³Cf.FARIAS FILHO (2000); ROMANELLI (2003); SAVIANI (2008).

¹⁴ Em princípios de 1840, após a morte da primeira esposa, casa-se com Francisca Rosa de Jesus, em 1841, na Igreja de Sant’Ana. Cf.MATTOS, 1997.

¹⁵ O *Jornal do Comércio*, por exemplo, informa-nos sobre as constantes viagens realizadas por Antonio José Nunes Garcia. A primeira, para Santos, no Vapor América, em fins de 1839, retornando ao Rio de Janeiro em 1840. Nesse período, Santos fora elevada de vila para a categoria de cidade.Por esse período, enviúva e casa-se novamente em 1841, na mesma Igreja de Sant’Ana, com Francisca Rosa de Jesus. Consta que, em 1846, viajou com a esposa e os familiares para Itaguaí em Vapor.

¹⁶*Jornal do Comércio*, sábado, 21 de agosto de 1872. Fonte: [Jornal do Comercio \(RJ\) - 1850 a 1859 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/pt-br/revista/1850-1859/1850-1859-DocReader-Web-(bn.br)). Acesso em 28 de novembro de 2020.

Em memorar teu NATALICIO – tão oriundo,
Que delícias traz – PEDRO SEGUNDO!

DO BRASIL JUCUNDO!

Por seu humilde súdito,
Antonio José Nunes Garcia.¹⁷

Teresa Cristina, italiana, nascida em 14 de março de 1822, se casou com o Imperador dom Pedro II por procuração em 1843. No Brasil era alcunhada como “mãe dos Brasileiros”. A relação de Antonio José com o sistema monárquico há de ser urgentemente analisada a partir dos seus poemas laudatórios em homenagem a diferentes membros da família imperial. Anos mais tarde, Antonio José Nunes Garcia, publicou dois livros em homenagens ao imperador dom Pedro II¹⁸. Em seus poemas e sonetos, Antonio José Nunes Garcia, buscou exaltar a família imperial, o Brasil independente, e suas possibilidades como uma nova nação, e as qualidades desse novo país, ainda que, diante do grave problema da escravidão:

Qual PEDRO O GRANDE IMPERADOR!
Que do seu – POVO – fora a simpatia
Salvareis o – BRASIL – do vil abatimento
Com vosso saber, tino e filosofia.
No sistema político que se torna loucura,
Só reformas! Reformas! Salvava o teu povo.
Quebre-se as algemas, deixe-se os pulsos livres,
Dê-se lhes leis novas, dê-se lhe costume novo,
São estes grilhões que os pulsos oprimem,
Do – Brasil – sem par auri-fecundo,
Que dolorido se reclina triste
Salva-o oh! Imperador Pedro Segundo.¹⁹

Desde então, a trajetória de Antonio José Nunes Garcia tornou-se profícua no meio literário carioca, apesar de manter-se como guarda alfandegário, profissão que passou por diferentes procedimentos e normatizações²⁰. Em diferentes jornais cariocas encontramos poemas de sua autoria.

¹⁷ Jornal do Comercio, 1856. Fonte:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568&pesq=>. Acesso em 29 de novembro de 2020

¹⁸ Elogio alegórico dedicado a S.M.I o sr. D. Pedro II (1863) Typografia rua do Cano e Do Brazil o Adeos a S. S. _ M. M. o Imperador e Imperatriz do Brazil (1876)

¹⁹ O Censor Fluminense, [O Censor Fluminense \(RJ\) - 1879 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568&pesq=). Acesso em 28 de novembro de 2020

²⁰ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/251-alfandegas-1822-1889>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Foi a partir da década de 1849 que inaugurou diversos jornais e publicou novelas, romances e poemas em folhetins cariocas. Além disso, foi crítico de arte, publicou análises relacionadas a espetáculos teatrais, óperas e concertos relativos à vida artística da Corte.

É importante frisar que a causa escravocrata e racial já pautava os jornais que era redator e proprietário desde, ao menos, o início da década. Em 1851, no seu folhetim *O Guasca na Corte* denunciava todo atraso relacionado ao sistema escravocrata ao afirmar que:

Primeiramente, eu estou persuadido que a escravaria, que desgraçadamente se introduziu entre nós, é a causa primordial da nossa péssima educação; e em verdade quais são os nossos principais mestres? São sem dúvida a africana que nos amamentou, que nos pensou e nos subministrou as primeiras noções, e quantos escravos existiam na casa paterna em à quadra dos nossos primeiros anos.²¹

As denúncias, e o trabalho jornalístico já eram uma preocupação de Antonio José Nunes Garcia, é importante destacarmos que a primeira página do seu folhetim de estreia *O Clarim, Ecos da União de 1849*, Antonio José Nunes Garcia se reconhece como jornalista ao afirmar que “quando em 25 de março de 1849, nos apresentamos pela primeira vez em campo como jornalista...”²². Dito isso, destacamos suas principais produções jornalísticas e romances desse período:

PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	ANO
<i>O Clarim, Eco da União</i>	1849-1852
<i>O Guasca na Corte</i> – periódico jocoso, político e imparcial	1851
<i>O Brasileiro</i> – folha livre e independente	1857-1858
<i>A Estrela do Brasil</i> – folha periódica e liberal	1861
<i>O Espelho</i> – folha periódica, política e de teatro do Rio de Janeiro	1870
<i>O Censor Brasileiro</i> – revista	1879
<i>O Censor Fluminense</i>	1879-1889

²¹ Fonte: [O Guasca na Corte : Periodico Jocosos, Politico, Imparcial \(RJ\) - 1851 - DocReader Web \(bn.br\)](#). acesso em 28 de novembro de 2020.

²² Fonte: *O Clarim, Ecos da União*: [O Clarim, Echo da União : Jornal Politico e Imparcial \(RJ\) - 1849 a 1852 - DocReader Web \(bn.br\)](#). acesso em 28 de novembro de 2020.

ROMANCES E NOVELAS	ANO
<i>Júlia ou a mulher anjo.</i>	1852
<i>Os cavalheiros na baixa montanha</i> ou <i>A sombra de Ferrabraz</i>	1856
<i>Os mystérios do Rio de Janeiro</i>	1856
<i>Emília! A misteriosa</i> – romance	1857
<i>A nódoa d'ouro</i> – romance	1861
<i>Mulheres</i> – folhetim	1874

Em 1857, inaugura o jornal *O Brasileiro*, de vida bastante efêmera, encerrando suas atividades no ano seguinte. Nesse folhetim, Antonio José Nunes Garcia tematiza sobre os costumes da sociedade brasileira da época, apresenta duras críticas ao sistema escravocrata, destaca aos leitores os sentidos da liberdade humana e denuncia maus tratos a escravizados, como, por exemplo, o espancamento de um escravo na Praia dos Mineiros ou a fuga de um proprietário de escravos para o bairro de Santa Teresa após matar seu escravizado.²³ Se *O Brasileiro* foi um folhetim fundamental para Antonio José Nunes Garcia apresentar duras críticas à instituição escravocrata e à defesa da causa nacionalista, por outro lado, foi, sem sombra de dúvidas, um espaço para sofrer o preconceito racial.



Figura 1 – Antonio José Nunes Garcia (1813-1894)

Fonte: Folha de rosto do livro *Os Mystérios do Rio de Janeiro*, 1856.

²³ *O Brasileiro, Folha Livre e Independente*, 1857 a 1858. [O Brasileiro: Folha livre e independente \(RJ\) - 1857 a 1858 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 28 de novembro de 2020.

Em 1858, alguns jornais transcrevem matéria assinada pelo redator do *Asmoedo de Lisboa*, de origem Portuguesa, intitulada “O Janota Brasileiro”. Nesse encarte, os redatores do *Asmoedo*, apresentaram, de forma caricatural, o que seria o típico homem brasileiro, definido como “ridículo, caricato e amacacado”, indicativo das tensões entre portugueses e brasileiros naquele contexto. A matéria provocou a imediata reação dos redatores dos jornais *A Marmota*, *O Justiceiro*, *O Tyrano* e *O Brasileiro*, de Antonio José Nunes Garcia, que rebateu com duras críticas as colocações do redator do *Asmoedo de Lisboa*.

No número seguinte, os redatores do *Asmoedo de Lisboa* republicaram, nos principais jornais cariocas, nova crítica aos redatores dos jornais citados, intitulada “Macaquices”. Nesse texto, o redator do *Asmoedo de Lisboa* descreveu os redatores desses jornais – especialmente Antonio José Nunes Garcia – como “quadrúmano qualquer, orangotango, chimpanzés, sapojou ou saguis” afirmando ainda que, “no Brasil, o macaco aspira as honras de animal doméstico, consentem-no em toda parte; na cozinha, na sala, nas praças e até na Imprensa”²⁴. Além dos impropérios raciais aos redatores desses jornais, *O Asmoedo* finalizava de forma provocativa, ameaçando que “temos debique para quinze dias com as macaquices de alguns jornais do Brasil. Tanto, hemos de debicar, que alguns desses chimpanzés periodiqueiros hão de deixar o rabo na contenda”²⁵.

A associação de sujeitos negros a macacos e a toda forma de animalização, infantilização e diminuição é histórica desde o século XVIII. Pensadores como (DAWKINS, 2009; MBEMBE, 2015) já problematizam essas questões. Mbembe (2015) nos lembra que os negros são produtos de um antigo processo histórico com objetivo de se fabricar sujeitos racializados a partir de uma visão eurocêntrica. O autor compreende que o substantivo “negro” acaba por assumir um plano fenomenológico na medida em que significa para o Ocidente – “um elemento, uma cor, um odor, uma carne, um musculo e finalmente força, força bruta, animalesca, convulsiva e espasmódica, refrataria ao espírito, ao mesmo tempo onda, raiva, e inquietude, diante da qual o normal é suscitar nojo, medo e terror” (MBEMBE, 2015, p. 80).

²⁴ Folhetim *O Brasileiro*, 1857. Fonte: [O Brasileiro: Folha livre e independente \(RJ\) - 1857 a 1858 - DocReader Web \(bn.br\)](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758531&pesq=&pagfis=16). acesso em 29 de novembro de 2020.

²⁵ Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758531&pesq=&pagfis=16>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Para Dawkins (2009), o fato dos primeiros exploradores da África serem europeus, homens, brancos que, consideravam, chimpanzés e macacos, parentes próximos somente dos homens negros e, não dos homens brancos, colaborou com essa visão extremamente estereotipada. Além disso, a comparação do universo eurocêntrico com as suas diferenças, escravos e índios, estabeleceu uma lógica perversa de racismo e desprezo por qualquer diferença física, fenotípica ou religiosa. Para os exploradores, europeus, brancos, os macacos, chimpanzés ou gorilas são lidos como “grandes primatas humanos” (2009, p.142) não se diferenciando de pessoas de origem negra. No contexto de Antonio José Nunes Garcia esses embates ocorriam de forma extremamente desrespeitosa e pública, contudo, com respostas muitas vezes ríspidas e outras sarcásticas desses sujeitos ofendidos.

No número seguinte, por exemplo, Antonio José Nunes Garcia dedicou boa parte do seu folhetim para apresentar sua resposta e seu entendimento relativo ao debate racial daquele contexto ao redator do *Asmoedo de Lisboa*²⁶, ainda que inserido no contexto biologizante dos debates racistas da época. A resposta de Antonio José foi uma tentativa imediata de autodefesa. Ele iniciou sua crítica chamando o redator do *Asmoedo de Lisboa* de “demônio” por querer [n]os qualificar e comparar a raça de animais. Além disso, acrescentou uma nota de rodapé que transcrevemos na íntegra, afirmando que

Animais chamados monos, orang-otang e etc. ao menos o grande naturalista Buffon, quando classificou as raças dos animais, contemplou nelas esta espécie nas suas *Ouvres Complètes* e, depois, *Contenue par Lacpède*, bem assim, o celebre M. Couvier!, e o *Asmoedo* nada disseram, não sabemos, pois, a que raça ele pertence, e como qualificar? O classificaremos, para nós, como O Zero.²⁷

Ele finalizou a resposta com uma charge, na qual recorria, de forma burla, a macacos dejetando sobre o *Asmoedo de Lisboa* e sobre o mapa de Portugal. Ainda que Antonio José Nunes Garcia estivesse inserido no contexto histórico do racialismo que caracterizava as raças em inferior (negra) e superior (branca), ele buscou desconstruir o ataque racial dos redatores do *Asmoedo* de forma pejorativa. Conforme Pinto (2018) a raça e o preconceito de cor já eram visto como um grande

²⁶Idem.

²⁷ Idem.

atraso a democracia brasileiro. Ainda que intelectuais negros como Antonio José Nunes Garcia e José do Patrocínio, por exemplo, acabem por ser influenciado pelas ideias contemporâneas, entretanto, são sujeitos que buscam defender seus argumentos de acordo com a realidade em que vivem. (PINTO, 2018, p.184)

O argumento de Antonio José era uma tentativa de desqualificar o redator do outro jornal por querer [n]os comparar à raça de animais de espécies não humanas, teoria desconstruída pela ciência da época.

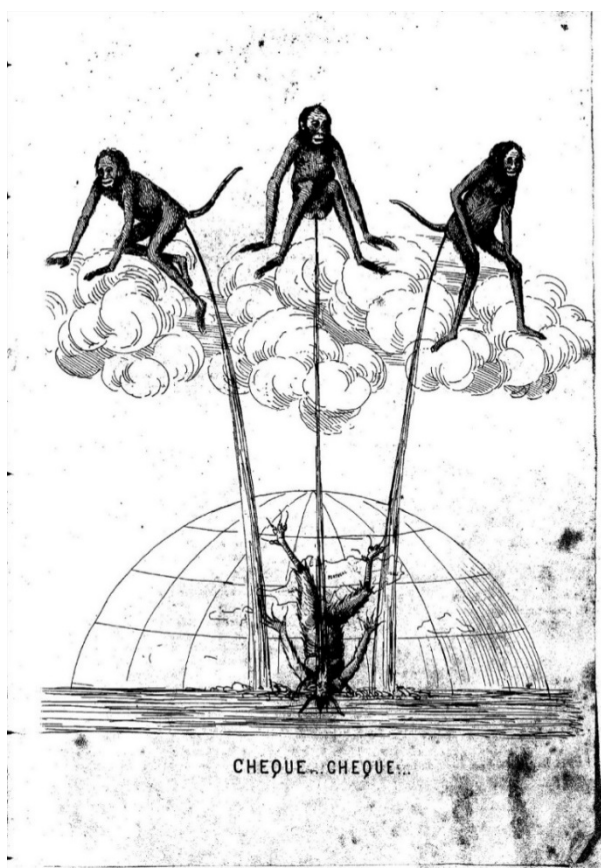


Figura 2 – *O Brasileiro*, 1858. Redator: Antonio José Nunes Garcia

Fonte: memoria.bn.br. Acesso em: 3 set. 2020.

Bethencourt (2005) aponta que o racismo e o preconceito relacionado a descendência étnica dos indivíduos esta substancialmente ligada ao poder. O poder eurocêntrico, a partir do seu racismo, estabeleceu fluxos e reflexos em diferentes contextos históricos e geográficos, ou seja, o racismo foi antes de tudo um projeto de manutenção de poder político, científico, artístico a partir da ideia de raça. A relação com outro de si mesmo é, segundo Bethencourt, o aspecto decisivo da histórica relação da Europa com o mundo a partir de suas diferenças étnico

raciais. Importante é atentarmos aos embates, respostas e resistências que essa relação eurocêntrica racial, acaba por provocar nos demais grupos não-europeus em debates do século XIX.

Naquele contexto, Antonio José recorreu a naturalistas como George-Louis Leclerc (ou Conde Buffon), autor de vasta obra em que busca descrever diferentes raças de animais selvagens, ou Georges Cuvier (1769-1832), naturalista francês responsável por pesquisas anatômicas no corpo de Saartjie Baartman em nome do “progresso da ciência”, em que defendia os preconceitos raciais relacionados aos africanos. Para a ciência de então, o *poligenismo* e a *extinção* estabeleciam que animais de determinada espécie não poderiam, em hipótese alguma, pertencer a espécies distintas. Foi aí que Antonio José Nunes Garcia buscou desconstruir as colocações relativas ao preconceito racial do *Asmoedo*, ao querer comparar homens brasileiros (“de cor”) aos quadrumes, por serem uma espécie distinta. Esse argumento demonstraria não somente o preconceito, mas também a ignorância “científica” dos redatores do *Asmoedo de Lisboa* sobre os debates contemporâneos, já que Buffon, por exemplo, lançara sua obra completa em 1835.

Ainda que contando com diferentes interpretações, a ciência tinha como dogma a diversidade humana, cultural e anatômica estabelecida a partir da desigualdade racial onde os europeus civilizados ficavam no topo e os africanos “bárbaros”, negros e indígenas revezavam-se na base; todas as espécies de mestiçagem (mulatos e pardos, por exemplo) ocupavam posições intermediárias.

Schwartz (1993) nos indica que, a partir de Buffon, percebe-se os primeiros passos relativos a uma ciência do homem marcada por uma imagem negativa da natureza e do homem não europeu. Dito isso, o termo raça foi, pouco a pouco, se estabelecendo, a partir do século XIX, se introduzido na literatura e nos debates públicos a partir da ideia de uma existência física permanente, esboçando, desde então, um projeto marcado por tensões ao privilegiar as distinções da raça (SCHAWARCZ, 1993, p.61)

Fato é que as tensões vividas naqueles debates racistas pré-darwinistas ocorriam de forma latente nas disputas anteriores a 1880, época em que os ideais científicos e abolicionistas firmaram-se nos debates públicos a partir de uma identidade negra. Nesse sentido, homens negros respondiam ora com imputações mordazes ora com respostas mais requintadas (PINTO, 2018, p.134) aos preconceitos raciais.

Afora isso, Antonio José Nunes Garcia lançou outros folhetins, como *A Estrela do Brasil* – folha periódica e liberal, que, em sua primeira edição, de 7 de abril de 1861, data em homenagem a abdicação de dom Pedro I, e apresentava, na primeira página, o sacrossanto artigo 179 da Constituição do Império. Esse artigo, apelado por diversos homens “de cor”, estabelecia a garantia da “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade”. Diferentes jornalistas do império estampavam esse artigo em seus periódicos. Antonio José declarou, no primeiro número do folhetim, que seu objetivo era “mostrar sim, sem rebuço e em uma linguagem clara aqueles fatos, que segundo nosso entender, possam ser gloriosos ou ingloriosos” do país. Esse folhetim era, também, completado pelo romance *A nodoa d’ouro ou Rapto ou não rapto*, publicado em capítulos, semanalmente. Dito isso, os romances de Antonio José Nunes Garcia se estruturavam a partir dos romances-folhetins dos modelos franceses, na medida em que, mantinham uma estrutura com divisões semanais de capítulos objetivando manter o suspense das histórias.

Na década de 1880, a despeito de todos os questionamentos e denunciamentos que o movimento abolicionista impunha à sociedade e ao sistema monárquico brasileiro, Antonio José Nunes Garcia, homem liberal, manteve-se firme em seu apoio à família imperial no período em que liberais e conservadores alternavam-se no poder, até a queda da monarquia. Por outro lado, mantinha uma postura crítica relacionada ao sistema escravocrata e ao debate racial de então, o que, certamente, ocasionou o reconhecimento de abolicionistas republicanos como José do Patrocínio e Lopes Trovão.

Em 1879, publicou a revista *O Censor Fluminense* em pequena edição de 15 páginas. A revista, de caráter nacionalista, exaltava a natureza e a mistura das raças brasileiras, idealizando o índio, tão em voga nos discursos literários de então. Além disso, Antonio José Nunes Garcia publicou diversos poemas ao Imperador dom Pedro II, à sua família e à causa monárquica. No mais, relatou as condições do cidadão brasileiro frente a questões econômicas, históricas e de trabalhos em fins do século em relação aos portugueses residentes no país.

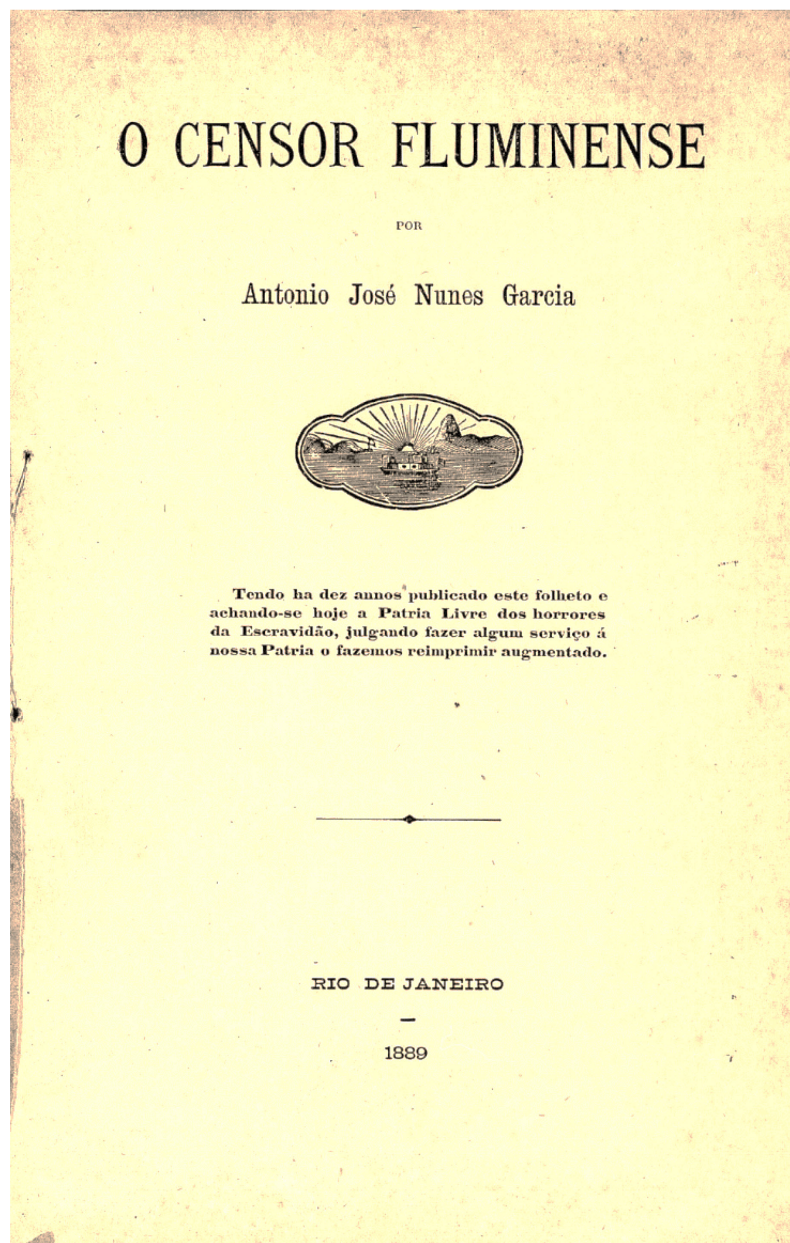


Figura 3 – Capa da Revista O Censor Fluminense, 1889

Fonte: memoria.bn.br

Em 1889, em virtude da abolição da escravidão, Antonio José Nunes Garcia fez reimprimir sua revista *O Censor Fluminense*, argumentando que “tendo há dez anos publicado esse folheto e achando-se hoje a Pátria Livre dos horrores da Escravidão, julgando fazer alguns serviços à nossa Pátria o fazemos reimprimir argumentado”²⁸. Essa segunda edição, lançada em 1889, após os acontecimentos relativos à abolição da escravidão, foi mais completa que a primeira. Nela, além dos textos laudatórios ao nacionalismo brasileiro, há uma cópia da Lei 3.353, de 13 de

²⁸ Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809853&pesq=&pagfis=31>. Acesso em: 11 ago. 2020.

maio de 1888, que estabelecia extinto o sistema escravista. Além disso, Antonio José escreveu uma Epístola para a ocasião, formada por verso que, segundo ele, fora “recitado pelo autor na Missa Campal no Campo de S. Cristóvão na presença do Exmo. Senador Dantas, sua família e grande número de povo que muito aplaudiu, antes da salva de honra e gloria”²⁹. Nessa Epístola, Antonio José não desculpabilizou o europeu e o cristianismo pela escravidão do negro. Além disso, buscou exaltar a história que [n]os ligava aos povos da África, da Costa Mina, aos Nagôs e à mulher negra, concluindo que³⁰:

A três séculos o Brasil sem tormentos
Descrentes séculos ignotos a santa religião!
Os homens entre si não queriam igualdade,
Eram eles – entes sem alma e sem coração;
Como é que eles podiam assim viver?
Entregues uns aos outros ao gênio do frenesi,
Onde só a raiva e tanta cobiça
Que ainda a razão se dobre no lutar sem fim.

Não te tornastes surdo pois a natureza,
Já estremecia de horror mostrando o castigo
Com a peste a matar e o mar a bravejar!
Os furacões e a chuva de pedra sem abrigo,

Não vistes Cristãos! Foi vossa crueldade,
Por afligirdes o homem por ter outra cor!
Quando ele culpa não tinha dela ter
Quando a mãe preta vos amamentou com amor.

Foi sim, o prejuízo desse inumano povo
Que pejados de crimes foram os primeiros
Seus irmãos d’Africa, Tapuios e o Mineiro³¹

Por um posicionamento político dentro daquele contexto histórico, Antonio José Nunes Garcia buscou defender suas ideias e a si próprio, assim como aos seus contemporâneos brasileiros, impulsionando debates que valorizavam o negro, o país e a nação, em detrimento, por exemplo, da figura do português em cargos de comando ou de funcionalismo público o que acabava por provocar críticas dos portugueses que habitavam o país. No subtítulo do folhetim *O Guasca na Corte* ficamos sabendo que o periódico circulava às quintas-feiras e aos domingos, à venda na Tipografia Brasiliense na Rua do Sabão, 114. Já para os assinantes os

²⁹ Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809853&pesq=&pagfis=56>. Acesso em: 10 de outubro de 2020

³⁰ *O Censor Fluminense*, 1899

³¹ Segundo o autor “da Costa da Mina e Nagôs” (p.30)

valores eram 8,00 reis por ano e 4,00 reis por semestre e o número avulso 100 reis nos armários da Rua de São Bento, 23 e na Rua do Cano, 43.

Após a queda do sistema monárquico brasileiro, que impôs a República, a partir de 1889, os movimentos negros mantiveram suas reivindicações e resistências, ainda que frente à perseguição oficial do Estado brasileiro. Antonio José Nunes Garcia, assim como outros abolicionistas, tinha a capacidade de circular entre abolicionistas monarquistas e republicanos, fato é que participou da primeira eleição para o Senado Federal em chapa intitulada “Homens de Cor” e apoiada pelo “Club dos Jacobinos Pretos”, como consta em notícia do *Jornal do Comércio*. Ainda que não tenha sido eleita, em 1890, a formação da chapa é indicativo da representatividade dos abolicionistas republicanos daquele contexto. Para além disso, demonstra o reconhecimento e a capacidade de circulação de Antonio José Nunes Garcia, aos 77 anos, monarquista, entre abolicionistas monárquicos e abolicionistas republicanos, assim como, Teodoro Sampaio e Eduardo Prado que, no mesmo período, circulavam entre monarquistas e republicanos³². A chapa, liderada por Lopes Trovão, que foi um ardente abolicionista republicano que atacou duramente o sistema monárquico até sua queda e foi um dos signatários do manifesto republicano de 1870.³³

Essa fora uma das últimas notícias manifesta relativa a Antonio José Nunes Garcia, apesar de ele manter uma atuação constante na vida pública por mais de 40 anos. Afora essa notícia, consta seu nome como testamentário no registro de morte da irmã, Josefina Rosa de Castro, falecida em 1891, no bairro do Catete, e sepultada no cemitério de São João Batista aos 81 anos de idade. É interessante pensar nesse registro e questionar a importância da figura paterna do padre José Mauricio Nunes Garcia e nos usos ou abusos desse sobrenome por parte dos filhos. Josefina Rosa de Castro utilizava o sobrenome da mãe, Severiana Rosa de Castro. Talvez, em uma última cartada por um lugar de memória e reconhecimento a *posteriori*, Antonio José Nunes Garcia tenha feito constar, em notas do tabelião interino – Nuno Leite – da 9ª pretoria do Distrito Federal: “Dona **Josefina Nunes Garcia**” (grifos nosso), sua irmã, morta de gastroenterite, solteira, sem filhos, e não

³² Ver Pinto (2018)

³³ Ver Gomes

deixando testamentos afora a relação de bens registradas pelo irmão³⁴. Assim, desaparece o nome de Antonio José Nunes Garcia dos principais documentos do período histórico; e, por conseguinte, da memória social afro-brasileira.

Até recentemente, eram ignoradas, como já vimos, informações relativas ao seu registro de morte e seus momentos finais. Por anos, durante o século XX, diferentes pesquisadores (LANG, 1950; MATTOS, 1997); debruçaram-se sobre a busca por data, local e *causa mortis* de Antonio José Nunes Garcia. Finalmente, em recentes pesquisas, localizamos o registro de morte de Antonio José Nunes Garcia, oriundo de documentação do Hospital da Gamboa, localizado no morro do mesmo nome, região portuária do Rio de Janeiro que mandou informar que:

Aos vinte e dois de setembro de 1894, neste cartório da Nona Pretoria do Distrito Federal compareceu, João Ignacio Garcia, empregado no hospício de Saude Gamboa e na forma do artigo (ilegível), apresentando atestado do doutor Carmo Neto (ilegível), que, naquele hospício faleceu de artéria esclerose às sete horas da noite de ontem, o brasileiro, Antonio José Nunes Garcia, pardo, com oitenta e um anos de idade, viúvo, (ilegível), ignorando sua filiação, sem testamento, (ilegível), não consta que deixasse filhos, (ilegível), vai ser sepultado no cemitério São Francisco Xavier³⁵.

Antonio José Nunes Garcia morreu, ao que parece, desacompanhado de amigos e familiares. Não há menção sobre suas exéquias em nenhum jornal da cidade do Rio de Janeiro. Esse fato dificultou para que outros pesquisadores localizassem os desfechos finais de sua trajetória. Além disso, não foi feita menção a sua origem paterna e materna em seu registro de óbito, o que, certamente, dificultou a localização de outros dados e contribuiu para com desdobramentos relativos ao seu esquecimento.

Os desdobramentos nas políticas de esquecimento da trajetória de Antonio José Nunes Garcia

³⁴ Relação de Bens deixados por Josefina Rosa de Castro, digo, Josefina Nunes Garcia: uma cama velha de solteira 5\$000, três cadeiras de jacarandá 3\$000, um lavatório antigo e usado, um baú, dois quadros com santo 1\$000, uma lata de roupa usada, uma lata de louça, um par de brincos, um alfinete de ouro, uma medalha, quatro anéis de (...), dois dedais de (...). Tudo 82\$50. Fonte: http://www.acpm.com.br/CPM_42-01-20b.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.

³⁵ CERTIDÃO DE MORTE, Antonio José Nunes Garcia, 9 Pretoria do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1894. Fonte: Microfilme Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012. Óbitos 1894 (abril) v. 19 (9a. pretoria). Descrição: Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, "database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6WS9-6NS?cc=1582573&wc=9GR5-YWY%3A113334201%2C135195401%2C139469901>) : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 06ª Circunscrição > Óbitos 1894, Jul-Out > image 2 of 204; Corregedor Geral da Justiça (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro. Acesso em 28 de novembro de 2020

Localizar o nome de Antonio José Nunes Garcia nos principais jornais brasileiros no período da segunda metade do século XIX é tarefa executada com relativa facilidade por pesquisadores ou interessados no tema. Os debates anteriores à abolição relativos à liberdade de negros, a exaltação ao sistema monárquico e os embates políticos entre liberais e conservadores, literários e artistas de então fizeram parte das observações desse sujeito a partir de diferentes jornais de sua propriedade como redator a partir da década de 1850. Difícil é, para o pesquisador, a partir dessas localizações esparsas, compreender como essa trajetória se destacou e se manteve ativa em uma rede de ofensas pessoais, disputas familiares e frente às discussões relativas à liberdade e à cidadania dos homens negros. Por outro lado, questionamo-nos como pode pairar, ainda hoje, um total esquecimento, silenciamento e apagamento em relação à trajetória e à atuação de Antonio José Nunes Garcia, seja na academia, seja por parte dos diferentes movimentos negros.

É possível, hoje, afirmar que Antonio José Nunes Garcia esteve a par de uma rede de atuação como homem negro, quer como professor primário, quer como monarquista e jornalista. Entretanto, o objetivo de pesquisadores das ciências humanas é, por um lado, dar conta das problematizações envoltas na mistificação em torno da figura do padre José Mauricio Nunes Garcia como maior compositor colonial das Américas, o que acaba por contribuir em um embaraço relativo aos filhos do sacerdote como sujeitos de pesquisa. E, no campo das ciências sociais – sobretudo, na historiografia –, paira, ainda hoje, um total desconhecimento relativo à trajetória e à atuação de Antonio José Nunes Garcia nos diferentes campos de sua atuação. Ou seja, esse sujeito foi e é atravessado pelo esquecimento em diferentes campos relativos à sua existência.

Por essa razão, ao me debruçar sobre a trajetória de Antonio José Nunes Garcia a partir de manuscritos, jornais e outras coleções, fomos surpreendidos por sua presença em diferentes contextos, o que, para nós, reforça visões extremamente equivocadas a seu respeito, seja em publicações contemporâneas relativas à sua atuação, seja em publicações posteriores à sua morte, que muito ajudaram a contribuir para o seu apagamento.

Um bom exemplo é referente aos comentários sobre as inconstantes atuações profissionais de Antonio José Nunes Garcia, o que comprovaria uma certa instabilidade de “caráter”, como registrado por um contemporâneo seu, Inocêncio

da Silva. Diferentemente do que foi informado por Inocêncio da Silva em seu *Dicionário Bio-bibliográfico* (1858), Antonio José Nunes Garcia era “pessoa de caráter pouco recomendável” e escritor mediano e inconstante profissionalmente (p.206). De fato, Antonio José Nunes Garcia atuou em diferentes ramos profissionais, assim como outros homens negros, no mesmo período, sendo a inconstância profissional uma das características indicativas do cenário racial e das possibilidades para que esses sujeitos conseguissem se movimentar na sociedade brasileira de então (PINTO, 2018).

Dito isso, é importante frisar que Inocêncio Oliveira não é o responsável pelo esquecimento e apagamento da atuação e da memória social de Antonio José Nunes Garcia, mas é um bom exemplo, por fazer parte de uma rede de artifícios que contribuíram para esse apagamento. Interessante é pensar que as palavras de Inocêncio Oliveira relativas a Antonio José Nunes Garcia não diferem muito das narrativas e registros feitos por um contemporâneo seu, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, em sua autobiografia.

Na autobiografia, o médico registrou as vivências com os irmãos de forma extremamente ambígua. Diga-se de passagem, os irmãos mais novos, Panfília, Josefina e Antonio José Nunes Garcia são abordados, muitas vezes, como dependentes e desagenciados de atitudes. No caso de Antonio José, o médico apresentou uma referência em sua autobiografia, ao referir-se ao senador e médico do Império, José Martins da Cruz Jobim, “seu inimigo”, afirmando que, “graças à bandalheira d’um irmão meu tornou-se meu inimigo rancoroso” (GARCIA JR, 1864, p.83). O registro dos contemporâneos – de doutor Nunes Garcia, como irmão “bandalheiro” e de Inocêncio Oliveira, como pessoa de “pouco caráter” – complementam-se, conforme já dito; entretanto, chocam-se, por exemplo, com os registros do abolicionista José do Patrocínio, para quem Antonio José Nunes Garcia era considerado uma figura influente, uma “musa nacional” para aquela geração de abolicionistas, conforme veremos adiante.

As questões familiares envolviam a suposta carta de perfilhação sustentada por doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior perante os irmãos e a sociedade – que não fora assinada pelo outorgante, o que, provavelmente, provocou rancores entre os irmãos³⁶. Antonio José Nunes Garcia, mesmo não sendo “reconhecido”

³⁶ MATTOS, (1997)

pelo pai, sempre fez uso do sobrenome paterno em todos os seus jornais, livros e textos. Para além disso, houve, por parte do médico, um objetivo de não registrar, em sua autobiografia, quaisquer ligações que pudessem contribuir para uma localização *a posteriori* da construção de memória dos irmãos e, principalmente, do irmão jornalista e literato, Antonio José Nunes Garcia, nome tão em voga, assim como do doutor Nunes Garcia Junior nos principais folhetins, livros, jornais e eventos do século XIX.

Antonio José Nunes Garcia e o irmão mais velho frequentaram os mesmos lugares e tinham vínculos em comum, entretanto jamais mantiveram convivência após a morte do pai. Em 1878, por exemplo, quando a mãe faleceu aos 90 anos de idade – dias após a partida do filho médico, Severiano Rodrigues Martins para a França, como consta nos principais jornais da cidade –, Dr. Nunes Garcia publicou convites para o séquito, nos quais não apresentou os nomes dos irmãos Panfília, Josefina e Antonio José como filhos da falecida, constando apenas o do meio-irmão, Severiano Rodrigues Martins³⁷.

De fato, a intenção de forjar uma memória estabelecida como o “único” filho do padre José Mauricio Nunes Garcia com Severiana Rodrigues Martins manteve-se como regime de verdade, até meados do século XX, quando o musicólogo teuto-uruguaio Francisco Curt Lang (1903-1997), com autorização e apoio do governo brasileiro, iniciou suas pesquisas investigativas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros estados na busca por manuscritos e documentos relativos ao movimento musical realizado por negros e mulatos no período colonial brasileiro.

Em, 1950, Francisco Curt Lang divulgou trechos da autobiografia do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior. Ali, naquele documento, o médico confirmava serem “quatro os seus irmãos de pai e mãe”. E, nas páginas finais, talvez, após todos os infortúnios familiares e públicos causados pela divulgação da suposta carta de perfilhação não validada pelo padre José Mauricio Nunes Garcia, em 1828, afirmou que o documento não tinha legitimidade por encontrar-se sem assinatura do outorgante em 1830, após a morte do pai (GARCIA JR, 1864, p.58). Ou seja, há toda uma rede de ambivalências estruturadas pelo médico que dificilmente contribuiriam para a lembrança de Antonio José e de seus irmãos. Além disso, o musicólogo Curt Lang não traçou detalhes relativos à trajetória e à atuação dos

³⁷*Jornal do Comércio*, 1878. Fonte: [Jornal do Comercio \(bn.br\)](http://jornal.comercio.bn.br). acesso em 29 de novembro de 2020.

filhos do padre José Mauricio, cabendo isso, posteriormente à principal biógrafa e organizadora das composições do padre José Mauricio, a musicóloga Cleofe Person de Mattos.

Em 1997, foi lançada a tão aguardada biografia *Padre José Mauricio Nunes Garcia* (1997). Essa obra, fruto de anos de pesquisa de Mattos, buscou estabelecer uma visão construtivista e, muitas vezes, fatalista nas relações familiares e profissionais do padre: um religioso “de cor” em contexto racialmente hierarquizado, muitas vezes personificado como a “vítima” do sistema, ainda que a autora não tenha como foco problematizar detalhes relativos às relações entre um pai padre e seus filhos na sociedade do oitocentos.

Entretanto, é importante destacar que os lugares ocupados por esses dois filhos (Faculdade de Medicina e Instrução Primária e Jornalismo) somente revelam o lugar de prestígio desse pai padre que, ao investir na educação ao alcance da cidadania dos filhos no século XIX, possibilitou vermos negros em cargos do Estado brasileiro. O trabalho de Cleofe Person de Mattos é obra de suma importância e uma grande referência, ainda hoje, em aspectos diversos. Entretanto, prevalece, como efeitos de verdade, uma visão pessimista relativa a Antonio José Nunes Garcia ao afirmar, genericamente, que “fora um escritor – medíocre – deixando impressos novelas e poesias” (MATTOS, 1997, p.228).

As notícias literárias e os trabalhos como guarda alfandegário fazem o nome de Antonio José Nunes Garcia ser frequente nos jornais da época, seja como literato, seja como funcionário estatal. Há diferentes anúncios relativos à venda e publicação de seus livros nos principais jornais da cidade, ao menos entre 1850 e 1890, como a participação em diversos leilões como guarda alfandegário.

Prevalecem, ainda hoje, diversos juízos de valor sobre os homens negros intelectuais e literatos, suas produções em suas inconstâncias profissionais³⁸. Finalmente, segue predominando uma total ausência de estudos, pesquisas, dissertações, teses e outras fontes que ventilem a trajetória e atuação literária de Antonio José Nunes Garcia por outros filtros que não priorizem os julgamentos de valor. As políticas de esquecimento imperam sobre a trajetória desse homem por uma visão extremamente declive, relativa às suas produções intelectuais, tidas

³⁸Um bom exemplo é um contemporâneo seu, o escritor, homem de cor, Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, autor do livro *O filho do pescador*, considerado o primeiro romance brasileiro, ainda hoje, não ser lido como obra autônoma.

como “medíocres”. Além do que, a imagem desses irmãos, intelectuais, cidadãos e agenciados, no mínimo, constrange a manutenção da memória mítica em torno da figura do religioso, padre José Mauricio Nunes Garcia, considerado, ainda hoje, o maior compositor clerical brasileiro e das Américas do século XIX ainda que com seus cinco filhos na bagagem.

Para além da historiografia: subjetividades e representatividades das políticas de memória social acerca da trajetória de Antonio José Nunes Garcia

127

MUSA NACIONAL

O distinto poeta Antonio Jose Nunes Garcia, honrou-nos com um exemplar d'A grinalda para ornar o cortejo pelo feliz estabelecimento da preciosa saude de S.M. o imperador.

Como deixa ver o sublime título, os versos são heroicos – epiléticos – nervosos, em quatro pés de cascos rígidos e orelhas grandes.

A não ser o laureado Barreto Bastos ninguém tem mais cuidado da beleza desse metro que passou desapercibido a Bocage e a Camões, mas o senhor Nunes Garcia sabedor dos primeiros literários e augusto enxertador das boas letras, tomou sobre a si a grande responsabilidade de divulgar esse grandiculo metro, mas adaptável aos assuntos reais do que os hendecassilabos. É, na realidade, serviço altamente poderoso que o iluminado talento do senhor Nunes Garcia, presta à coroa augusta e perfumada da literatura brasileira onde o imperador também já pendurou uma grinalda de artístico feitio e extravagante odor, pelo centenário do épico português.

Entretanto, agora, que falamos do senhor Nunes Garcia que tão injustiçado tem sido pela nova geração, não podemos deixar de censurar o mau procedimento do Instituto Histórico e da Associação de Homens de Letras, esquecendo o seu venerando nome, entre a lista honrosa de seus dignísimos sócios.

O trecho acima corresponde a uma coluna da *Gazeta da Tarde*, publicada em 17 de janeiro de 1884 pelo redator e abolicionista José do Patrocínio que exalta a atuação de Nunes Garcia no meio literário brasileiro. É plausível que aquela geração de abolicionistas formada, dentre outros, por Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes e Lopes Trovão, nascidos quase todos a partir da segunda metade do século XIX, (1850) via Antonio José Nunes Garcia, naquele contexto, a partir dos debates raciais, como uma referência, a partir, de suas publicações desde 1849. É preciso ressaltar que os debates relativos à escravidão e ao preconceito “de cor” já vinham sendo debatidos por Antonio José Nunes Garcia quando a maioria desses abolicionistas nasciam, a partir da segunda metade do século XIX, conforme já visto no seu folhetim *O Guasca na Corte* de 1851, um ano após a promulgação da Lei

Eusebio de Queiroz que proibia o tráfico negreiro, Antonio José Nunes Garcia já denunciava que:

Esta é uma das principais razões porque tanto me aflige e magoa o ver que um considerável número de Brasileiros, não da classe ignóbil e indigente, se não dá mais grada e rica, em vez de se coligar para promover de uma parte a emancipação lenta da escravaria[,] e de outro [,] a importação de colonos livres, pelo contrário, continua a comprar carne humana e a introduzir no Brasil mais e mais semente de corrupção e imoralidade.³⁹

A fama de Antonio José Nunes Garcia em fins do século XIX, podem ser medidas por publicações jornalísticas com seu nome entre os abolicionistas. Em outros números, o folhetim *Gazeta da Tarde* traz informações relativas à vida cotidiana de Antonio José Nunes Garcia na Corte, indicativo de sua popularidade e representatividade naquele contexto para o público da *Gazeta*. No ano de 1885, após imbróglis políticos e trabalhistas que envolviam os funcionários do Theatro João Minhoca, a *Gazeta da tarde* informou uma apresentação declamatória “em cujo palco passaram anteontem as figuras do senhor Antonio José Nunes Garcia e conselheiro Henriques”⁴⁰. Além disso, como já debatido anteriormente, no ano de 1890, para nossa surpresa, após a instalação da República e o fechamento do Parlamento por ordem do presidente da República, consta o nome de Antonio José Nunes Garcia em chapa formada por “Homens de cor” para o Senado Federal, apoiados pelo “Club dos Jacobinos Pretos” em busca de representatividade política de afro-brasileiros no contexto das primeiras eleições.

Se o compartilhamento de experiências negras, no âmbito dos estudos históricos e da memória social, já vem produzindo uma série de releituras sobre o passado diaspórico brasileiro, novas perguntas e pesquisas, sendo produzidas no presente, buscam, de fato, restabelecer a importância desses sujeitos agenciados e conscientes de seus lugares nos debates raciais como uma prática antirracista, na medida em que representa lugares outros para negros e negras que não o cativo. Para além disso, é preciso distinguir que o campo das relações étnico-raciais é um espaço constante de disputas narrativas, políticas, acadêmicas e epistemológicas no que concerne a experiências negras; é um campo complexo,

³⁹ O Gusaca na corte. Fonte: [O Guasca na Corte : Periodico Jocosu, Politico, Imparcial \(RJ\) - 1851 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 28 de novembro de 2020

⁴⁰ *Gazeta da Tarde*, 1895. Fonte: [Gazeta da Tarde \(RJ\) - 1880 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 28 de novembro de 2020

controverso e polêmico, posto que nomes e fatos, muitas vezes apagados e silenciados, podem ser revisitados ou até localizados por novos filtros.

O desafio é posto a partir de um caso comum de um homem negro, intelectual e atuante no século XIX, que foi proscrito na historiografia e da memória social brasileira. A partir desse caso específico, relativo à trajetória de Antonio José Nunes Garcia frente aos recentes estudos históricos e no campo da memória social afro-brasileira, compreendemos que essas trajetórias não hão de se encerrar nos arquivos, nas fontes primárias e nos jornais da época, mas, para além disso, é necessário que essas (re)leituras e problematizações relativas ao passado busquem travar diálogos que rompam os muros acadêmicos e gerem representatividades na sociedade, no ensino fundamental e nos diferentes movimentos negros da atualidade.

Ao problematizarmos o esquecimento como um campo socialmente e historicamente manipulado por diferentes setores sociais, o que buscamos é visitar o passado, ventilando figuras de vulto e atuantes no imaginário da sociedade brasileira, em detrimento de uma imagem exclusiva do negro como escravizado desagenciado.

Penso que uma visão sócio-histórica e antropológica, no campo da memória social, a partir de Antonio José Nunes Garcia, faz-se necessária, na medida em que a memória e o esquecimento podem ser tomados em uma dimensão geminada. Apagamento e esquecimento devem ser problematizados como forjamentos e invenções relativas ao passado que buscam, muitas vezes, manipular o presente e o nosso futuro. O foco é problematizar as representações geminadas a partir dos silêncios das memórias sociais afro-brasileiras, compreendendo, antes de tudo, como um campo de disputas as representações partilhadas do passado, experiências concretas e interesses que vão estabelecer a lógica do que é ou não é oficial.

O silenciamento e o apagamento, como no caso de Antonio José Nunes Garcia, jornalista, escritor e professor negro que se reconheceu como não branco em um contexto escravocrata e racialmente hierarquizado, devem ser, urgentemente, substituídos por um pragmatismo que perceba esses sujeitos agenciados e compreenda esse esquecimento não como ausência natural, e, sim, como uma construção mnemônica de silêncios e apagamentos forjados por interesses estruturais e estruturantes da memória social brasileira.

Artigo recebido em 14 de outubro de 2020.

Aprovado para publicação em 03 de dezembro de 2020.

Referências

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos – Das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas & Debates, 2005

CANDAU, Joel. *Antropologia da memória*. Lisboa: Piaget, 2005.

CAMILO, Vandelir. *Necromemória: Reflexões sobre um conceito*. [E-book]. 2020.

DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo do branco*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GARCIA JR, José Mauricio Nunes. *Apontamentos para notícia biográfica membro correspondente....* Transcrição: Vandelir Camilo. Rio de Janeiro, 1864 (manuscrito).

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão no Brasil*. Passo Fundo: UPP, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias e biografias ausentes. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez a invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES, Flavio dos Santos. *Negros e políticas (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LANG, Francisco Curt. Vida y muerte de Louis Moreau Gottschalk en Rio de Janeiro (1869). *Revista de estudios musicales*, v. 2, n. 4, 1950.

MATTOS, Cleofe Person. *Padre José Mauricio Nunes Garcia: uma biografia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.

MBMEMBE, Achillè. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n 1, 1995.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. *Trajetórias de clérigos de cor na america português, catolicismo, hierarquias e mobilidade social*. *Revista Andes*, n. 25, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/127/12735596002.pdf?fbclid=IwAR0ihjP4dL2kzo1G9La1uTYFLntWRDTHoOm5wxrCgyMwoddoVDBruAk_Y7c. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

PINTO, Ana Flavia. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: UNICAMP, 2018.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, Inocêncio. *Dicionário biobibliográfico*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5430>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Autores associados, 2008.